

Paim diz que URV beneficiará o trabalhador

Para que isso ocorra, porém, deputado recomenda conversão de salários feita pelo pico

BRASÍLIA — O deputado Paulo Paim (PT-RS) ficou famoso quando, em julho do ano passado, fez a Câmara aprovar o reajuste mensal dos salários em 100% da inflação do mês anterior. O governo conseguiu segurar o projeto no Senado. Agora, Paim surpreende ao afirmar que a Unidade Real de Valor (URV) pode ser boa para os trabalhadores.

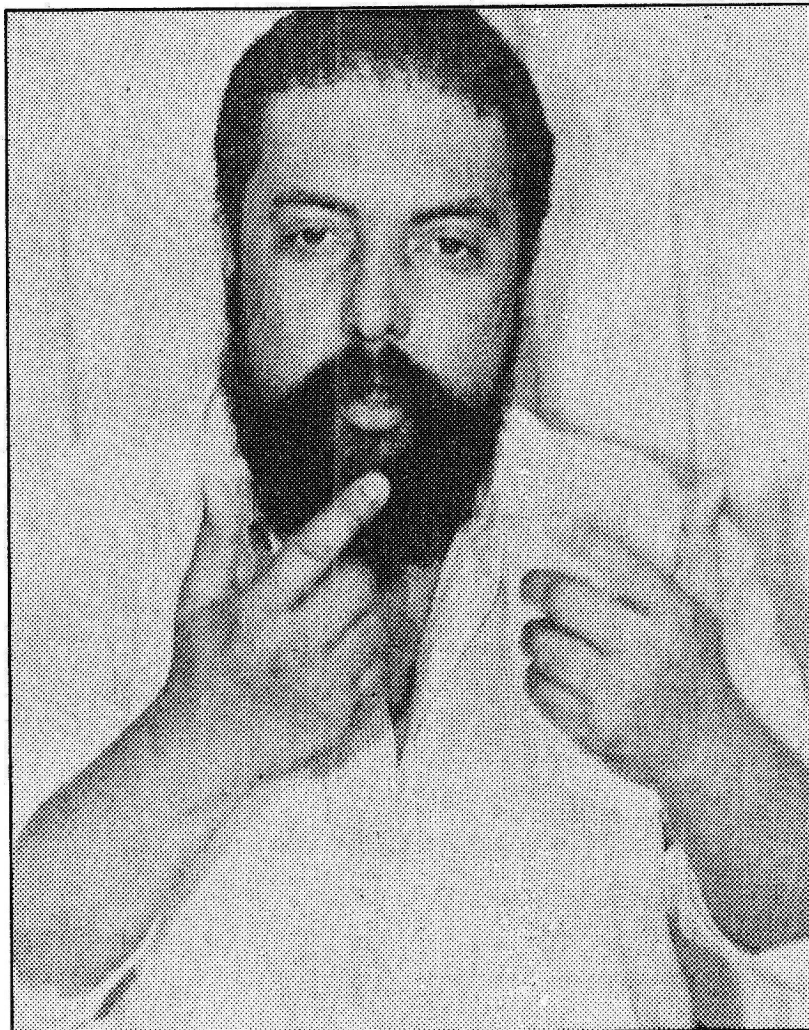
“A URV dará aos trabalhadores uma reposição da inflação diariamente”, afirma o deputado, em entrevista a *Ribamar Oliveira*. “Ela coloca o trabalhador em pé de igualdade com empresários e banqueiros”. Mas adverte: “Queremos que a conversão dos salários seja feita pelo pico, porque os preços serão convertidos assim. Queremos o mesmo tratamento”. Paim, que é presidente da estratégica Comissão do Trabalho da Câmara, afirma que se a inflação realmente acabar, com o Plano FHC2, a política salarial terá de ser radicalmente alterada. “Com moeda estável, não haverá necessidade de discutir perdas salariais.” Acha que os trabalhadores e empresários passarão a discutir os aumentos reais de salários, por ocasião da data-base de cada categoria. “A URV abre a porta para a livre negociação.”

Estado — A Unidade Real de Valor é boa para o trabalhador?

Paim — Ela poderá ser boa, mas tudo vai depender da regra de conversão. Sou um parlamentar de oposição, mas digo que a economia já está dolarizada. Então, por que ser contra a URV? Sempre leio a sigla assim: Unidade de Referência Verde (*referindo-se à cor do dólar*). Não digo que a URV vai acabar com a inflação. Digo apenas que vai fazer com que o trabalhador não perca mais com a inflação.

Estado — Em que sentido?

Paim — Os empresários ajustam os seus preços diariamente. O salário, só de quatro em quatro meses; a antecipação tem desconto de dez pontos percentuais. Hoje você nunca sabe o que está ganhando, em termos reais. Com a URV, e se os salários forem convertidos pelo pico, o trabalhador terá



André Dusek/AE

Paim: moeda estável acaba com a discussão de perda salarial

uma idéia clara disso, porque os salários serão corrigidos diariamente. Há dois meses, apresentei um projeto de lei que garantia que os salários seriam pagos numa paridade com o dólar, justamente para provocar essa discussão. O governo lança agora a URV. A bola foi colocada no campo e nós, da Comissão do Trabalho, precisamos mostrar que sabemos jogar. Não vou apenas dar um não à URV. Este poderá ser o primeiro plano em que o trabalhador não perderá, se a conversão dos salários for feita pelo pico.

Estado — Então, o trabalhador não é contra a URV?

Paim — O trabalhador não está contra a URV. Ele está preocupado, porque o governo vai querer converter o seu salário pela média dos últimos 12 meses ou dos últimos quatro meses, e os preços serão convertidos pelo pico. Não concordo com isso. O Dieese já estimou que a perda do trabalhador será de, no mínimo, 33% com essa conversão pela média. A grande discussão vai se dar em torno des-

ta questão. A conversão dos salários em URV vai passar pelo Congresso, quer o governo queira ou não. Os empresários, para se proteger, estão aumentando cada vez mais os seus preços. Se uma pessoa for fazer uma compra hoje, o empresário dá o preço da tabela e o preço à vista. Na hora de converter preços em URV, vai fazer pelo pico. Queremos também a conversão dos salários pelo pico.

Estado — Quem entra primeiro na URV? Os preços ou os salários?

Paim — Na Argentina, o governo deixou o assunto no campo da livre negociação. O que os empresários fizeram? Dolarizaram os seus preços primeiro. E, num segundo momento, converteram os salários mediante acordos coletivos. Lá, o grande perdedor foi o trabalhador. Aqui, a conversão tem que começar pelos salários. No meu entendimento, o governo deve converter logo as tarifas públicas e os salários. E, depois, os preços. Porque, em relação aos preços, o governo precisa primeiro identificar qual é o preço real. O mercado está cheio de preços fantasiosos.

Estado — As centrais sindicais ameaçam convocar uma greve geral se a conversão for pela média.

Paim — Acho justo. Sindicalistas estão preocupados é com a forma da conversão dos salários. Acho que tem que ter pressão mesmo, porque o re-

gime democrático só funciona sob pressão. Estou convidando, como presidente da Comissão de Trabalho da Câmara, os presidentes das centrais e das confederações de trabalhadores para uma reunião dia 21. Espero discutir a conversão dos salários em URV de forma mais profunda.

Estado — Segundo o ministro Barelly, o Orçamento deste ano prevê valor médio real para o mínimo de US\$ 63. O que a Comissão vai fazer?

Paim — É preciso lembrar que há compromisso oficial pelo mínimo de US\$ 100. É inadmissível falar em menos de US\$ 100. Nós, da Comissão do Trabalho defendemos US\$ 100, até de forma encabulada, porque achamos muito pouco. Nós sabemos que a Previdência resiste a isso. Depois de converter o mínimo em URV em US\$ 100, o Congresso deve manter uma data-referência, que poderá ser 1º de maio, para haver aumento real ao mínimo todos os anos. Este aumento poderá ser concedido de acordo com uma análise sobre o crescimento da economia e da produtividade. Para que um dia o valor do salário mínimo atinja o que determina a Constituição, que é algo em torno de US\$ 350.

Estado — Como fica a política salarial com a URV?

Paim — A política salarial mudará inteiramente, se a inflação acabar mesmo. Se conseguirmos a conversão salarial pelo pico, os reajustes futuros deverão sair por livre negociação nas datas-base de cada categoria. Nunca defendi aumento de salário por meio de lei. As últimas leis garantiram recuperação de perdas que os trabalhadores tiveram com a inflação. Sem inflação, os trabalhadores vão ter de discutir livremente com os seus empregadores, na data-base de cada categoria, os aumentos reais que devem ter.

Estado — E o que se discutirá nessa livre negociação?

Paim — O aumento de salário por conta da produtividade e a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas. Será um outro momento para a vida sindical. Mas no caso do salário mínimo, é preciso sempre haver negociação entre o Congresso e o governo.